CONSERVAÇÃO E USO DE REMANESCENTES DA FLORESTA ESTACIONAL DECIDUAL POR AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, SANTA CATARINA.

Elaine Zuchiwschi [1,2], Alfredo Celso Fantini [2], Nivaldo Peroni [2], Antônio Carlos Alves [2]

[1] ezuchws@yahoo.com.br, [2] Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

A degradação do meio físico e as crescentes ameaças à sobrevivência de espécies têm manifestado urgência para se conservar e restaurar as florestas nativas. Uma das conseqüências é o aumento das pressões sobre os agricultores para o cumprimento das leis ambientais. Em Santa Catarina, essa situação pode ser ilustrada pela proliferação de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta que vêm sendo firmados, principalmente tendo como objeto as Áreas de Preservação Permanente (Ministério Público de Santa Catarina, 2007).

Nesse Estado, os estabelecimentos agropecuários ativos são principalmente pequenas propriedades (89% possuem menos de 50 ha) que ocupam cerca de 62% da área total (Epagri/CEPA, 2007). As áreas ocupadas pela agricultura familiar, da mesma forma que nos outros Estados da região Sul, resultam de um processo histórico em que os campos naturais e áreas de relevo menos acidentado foram destinados às grandes propriedades luso-brasileiras (séc. XVIII), restando às comunidades camponesas de imigrantes europeus (séc. XIX) e a seus descendentes, bem como às populações autóctones marginalizadas - caboclos e indígenas -, as regiões montanhosas (Silvestro, 1995).

No município de Anchieta, estado de Santa Catarina, os estabelecimentos agropecuários ativos ocupam cerca de 83% da área total, tendo em média de 21 ha e são, predominantemente, familiares. O relevo nesse município é acidentado, com a maior parte da área pertencente à classe montanhoso (75%). As altitudes variam de 500 a 950 metros e a cobertura vegetal natural é uma transição entre as tipologias Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista. A Fundação SOS Mata Atlântica e INPE (2007) apontam que restam somente 6,38% da vegetação original do município de Anchieta, equivalentes a 1.478 ha de florestas. Entretanto, no Levantamento Agropecuário Catarinense, censo realizado pelo Estado, foi declarada uma área de vegetação remanescente, dentro de propriedades agrícolas, de 2.809 ha, composta por capoeiras até seis anos e matas nativas (Epagri/CEPA, 2007).

O sistema de produção desses agricultores passou pelo uso e venda de madeira nativa e o aproveitamento da fertilidade natural dos solos de florestas, através do sistema de roças em pousio, que prevaleceu nessa região do Estado (Testa *et al.*, 1996), e se caracteriza ainda, pela forte autonomia alimentar, integração ao mercado retraída e modesto desenvolvimento técnico-econômico - um modelo presente na região Sul (Lamarche, 1998). Portanto, este trabalho procurou identificar, em um primeiro momento, as espécies florestais nativas conhecidas e utilizadas, no passado e atualmente, pelos agricultores familiares de Anchieta, podendo então, contribuir para estratégias de conservação e restauração florestal adequadas à manutenção da agricultura familiar de Anchieta e a subsistência de seus agricultores.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi feito levantamento etnobotânico com agricultores familiares de Anchieta, através da técnica de *listagem livre* (Bernard, 1995) de espécies florestais nativas conhecidas e utilizadas. A amostragem foi do tipo *aleatória simples*, com sorteios feitos a partir de listas de agricultores cedidas pela secretaria da agricultura do município e pela Epagri local. Considerou-se como unidade amostral o estabelecimento agropecuário, onde foi entrevistada uma pessoa (agricultor ou agricultora responsável) individualmente. Para definição do tamanho amostral usou-se a equação sugerida por Barbetta (1994). Para o universo de 913 estabelecimentos agropecuários do município (Epagri/CEPA, 2007) e um erro admissível de 15% chegou-se a um tamanho amostral de 43 estabelecimentos agropecuários. Nas entrevistas também foram feitas perguntas para caracterizar os agricultores e as suas propriedades e para obter detalhes das plantas citadas e seus usos. Foram consultados mapas de altitude e de vegetação

contendo a localização das comunidades rurais de Anchieta, rios e estradas. Finalmente, os dados foram analisados por estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estabelecimentos agropecuários dos agricultores entrevistados têm em média 28 ha. Em consonância com o proposto por Lamarche (1998) sobre a autonomia alimentar das propriedades agrícolas no Sul do país, em todas as propriedades visitadas são produzidos alimentos para autoconsumo, sendo que em 85% dos estabelecimentos é produzido feijão e em 51% dos estabelecimentos é produzido arroz com essa finalidade, além de outros itens como carnes (frango, porco, gado), hortaliças, milho e mandioca. A atividade agrícola comercial predominante (76% dos estabelecimentos) é a produção de leite.

Em relação às florestas nativas, 91% dos entrevistados possuem fragmentos em suas propriedades, com área total de fragmentos declarada atingindo média de 5 ha, variando de 0,5 ha a 25 ha. Foi citado o uso de 175 etnoespécies, com média de 27 por agricultor. O uso dessas espécies está ligado ao consumo de lenha e ao uso de madeira para construções de casas e estruturas da propriedade (chiqueiros, galpões, cercas), além de utensílios (cabos ferramentas, canga de boi, carroças, caixas de abelha, etc.), sendo as espécies freqüentemente citadas: angico (*Parapiptadenia rigida*), guatambú (*Balfourodendron riedelianum*), cedro (*Cedrela fissilis*) e grápia (*Apulei leiocarpa*), dentre outras. Usos alimentares são feitos de espécies frutíferas como guabirova (*Campomanesia xanthocarpa*), cereja (*Eugenia involucrata*), pitanga (*Eugenia uniflora*), jaboticaba (*Plinia trunciflora*), entre outras. São feitos também usos medicinais e apícola das espécies florestais nativas. O uso comercial de espécies madeireiras era feito principalmente nos primeiros anos de exploração das propriedades, devido à ocupação da área com agricultura e a disponibilidade de serrarias no município que compravam as madeiras.

O uso declarado de espécies nativas madeireiras para autoconsumo ou venda foi drasticamente reduzido nos últimos anos em comparação com o que ocorria no passado, o que não se verifica em relação às espécies frutíferas. Alguns agricultores mencionaram as pressões das leis ambientais como limitação para o uso das espécies madeireiras. As espécies frutíferas, por sua vez, por, aparentemente, causar menor impacto aos ecossistemas estariam à margem dessa pressão.

CONCLUSÃO

Os dados deste trabalho sugerem que os agricultores de Anchieta restringiram significativamente o uso de espécies nativas madeireiras em relação ao passado. Uma investigação mais profunda é necessária para identificar os motivos desse abandono. Possíveis razões incluem as restrições das leis ambientais, mudanças nos hábitos de consumo e a própria redução dos estoques naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbetta, P. A. 1994. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Bernard, H.R. 1995. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. 2nd ed. Walnut Creek, Altamira Press.

Epagri/CEPA. 2007. *Levantamento Agropecuário de Santa Catarina 2002-2003*. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/. Acesso em: 27 de janeiro de 2007.

Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2007. *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Período de 2000-2005*. Disponível em: < http://mapas.znc.com.br/sos_atlas_2006/downloads/ATLAS-QUANTI2005-SC.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2007.

Lamarche, H. 1998. Por uma teoria da agricultura familiar. *In* Lamarche, H. (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional - do mito à realidade*. Campinas: Ed. Unicamp, pp. 303-336.

Ministério Público de Santa Catarina. 2007. Água Limpa. Disponível em: < http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_detalhe.asp?campo=36 >. Acesso em: 30 de maio de 2007.

Silvestro, M.L. 1995. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste Catarinense.* Diss.(mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Testa, V.M. *et al*.1996. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão)*. Florianópolis: Epagri, 247 p.